



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

LEONÍDIO RIBEIRO, AFRÂNIO PEIXOTO E IRACY DOYLE: CIÊNCIA E A REGULAÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE FEMININA (1930-1950)

Marlon Silveira da Silva; Marcio Caetano; Talita Gonçalves Medeiros

*Universidade Federal do Rio Grande – FURG. E-mail: marlon_tbg@hotmail.com, mrvcaetano@gmail.com,
tgmhistoria@gmail.com*

Resumo: Esta comunicação apresenta dados de pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Com eles, busca-se analisar os discursos científicos produzidos no Brasil sobre o corpo homossexual feminino na primeira metade do século XX. Para tanto, balizados nos Estudos Culturais e Feministas, mapeamos e analisamos os textos de intelectuais brasileiros que visaram produzir, com seus discursos, efeitos nas práticas pedagógicas desenvolvidas pelas escolas e famílias. Para a psiquiatra Iracy Doyle (1956), o médico legista Leonídio Ribeiro (1938) e o jurista Afrânio Peixoto (1934), importantes intelectuais brasileiros da primeira metade do século XX, o investimento sobre as performances dos corpos não se limitava a produzir saberes destinados a constituir o modelo idealizado de “homem” e “mulher” no interior da “ordem” e do “progresso”. Seus investimentos e pesquisas eram maiores. Sob a justificativa da prevenção, diagnóstico e cura, os corpos considerados invertidos, por não acenarem para os ideais de masculinidades e feminilidades, deveriam ser estudados na minúcia. Esses discursos acabaram por realizar um duplo jogo, se por um lado produziram um corpo para a homossexualidade feminina destacando suas performances corporais; por outro lado, destacavam a educação (familiar e escolar) como importante instrumento de estímulo ao aparecimento da homossexualidade ou de sua prevenção e cura. Neste sentido, a educação era um lócus privilegiado da atenção médico-jurídica desses intelectuais. A autoridade dos saberes médico-jurista se somou a da escola. Juntas, elas serviram como importantes porta-vozes dos discursos higienistas e eugenista do novo projeto republicano de Brasil.

Palavras-chaves: Discurso, Ciência, Homossexualidade Feminina, Educação.

INTRODUÇÃO

O presente estudo nos convida a voltar nosso olhar ao passado, de forma a perceber como esses discursos em torno da homossexualidade foram/são inventados, (re)produzidos e, a partir deles, ganharam/ganham significado em uma determinada comunidade, no nosso caso, a de cientistas. Um olhar sensível para a história da educação nos leva a refletir sobre a



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

influência desses discursos e o quanto visaram interferir na formação dos/as sujeitos/as e suas subjetividades.

Neste sentido, a presente comunicação tem como objetivo investigar os discursos científicos produzidos sobre o corpo homossexual feminino entre as décadas de 1930 e 1950, a partir das obras do jurista Afrânio Peixoto, do médico legal e antropólogo Leonídio Ribeiro e da psiquiatra Iracy Doyle, ambos cientistas renomados no período em questão.

Ancorado nos Estudos Culturais e tendo como metodologia a Análise do Discurso, o estudo que se apresenta, ao questionar os discursos produzidos sobre os/as sujeitos/as por um determinado grupo (o de cientistas) busca desassossegar nosso olhar sobre as diferentes instituições que produzem e regulam esses/as sujeitos/as em detrimento de seus interesses, onde:

Os processos culturais estão intimamente vinculados com as relações sociais, especialmente com as relações e as formações de classe, com as *divisões sexuais*, com a estruturação racial das relações sociais e com as opressões de idade. A segunda é que cultura envolve *poder*, contribuindo para produzir assimetrias nas capacidades dos indivíduos e dos grupos para definir e satisfazer suas necessidades. E a terceira, que se deduz das outras duas, é que a cultura não é um campo autônomo nem externamente determinado, mas um local de *diferenças* e de *lutas sociais* (JOHNSON, 2006, p. 13, grifos nossos)

Essa maneira de olhar e de nos voltarmos ao passado, exige que desloquemos nossas lentes dos fatos históricos eleitos como mais importantes (História Oficial hegemônica) e voltemo-nos para a dinâmica que move determinado contexto social, seus diferentes grupos, mecanismos e relações de poder.

Muitas razões poderiam justificar a predileção pelo tema proposto, como as poucas pesquisas em torno dos discursos produzidos sobre a homossexualidade feminina, porém, chamamos a atenção para a importância de um olhar mais atento e sensível também para a história da educação e a forma como foram/são articulados os saberes/poderes de diferentes instituições na produção de condutas normais/anormais que, nos atrevemos a dizer, ainda hoje estão presentes tanto nos saberes da Medicina e do Direito quanto nos saberes da Pedagogia.

CIÊNCIA E A BANDEIRA DA ORDEM E DO PROGRESSO



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

A busca por uma identidade nacional após a Proclamação da República (1889), somada à necessidade de um Brasil consumidor no mercado internacional, livre do atraso, passava pelo apagamento/esquecimento de seu passado escravista (SILVA, 2012). Para isso, as elites políticas e econômicas deveriam buscar estratégias e mecanismos que tornassem possível a aproximação do Brasil a esse novo projeto civilizacional, tendo como mote os valores eurocêntricos instituídos na modernidade, cujo o referencial a ser atingido era o do sujeito universal: homem, branco e saudável, apto a desenvolver as atividades produtivas. Assim, o Brasil passou a importar da Europa hábitos e costumes sob a justificativa do saneamento e o estabelecimento da ordem social e moral.

Tendo como fundamento o “Progresso”, a nova República buscou na ciência do período as justificativas necessárias para colocar em prática o novo projeto político e econômico, que passava por reformas substanciais nos grandes centros. Tais reformas, não contaram apenas com engenheiros e arquitetos, mas também com antropólogos, psiquiatras e médicos sanitaristas, responsáveis pelas medidas de higiene pública.

Sob a bandeira da corrente de pensamento cujos princípios básicos foram formulados pelo pensador francês Augusto Comte¹ (1798-1857), os ideais positivistas muito presentes entre as elites políticas e econômicas durante o processo de Proclamação da República, e predominantemente hegemônico nas primeiras décadas do século XX, com seus métodos baseados nas ciências da natureza e comprovados pelo rigor científico, buscavam legitimar o poder dos médicos. Esse poder, autorizava-os a interferir, organizar e orientar a sociedade a partir de preceitos cientificamente comprovados pelo/com o método positivista.

A importância das ciências médicas e jurídicas e a autoridade que essas receberam neste momento de reorganização social, nos levam a compreender que não apenas os espaços públicos foram devidamente regulados, mas também os corpos e o comportamento das pessoas, ou seja, a vida privada passou a ser alvo dessa fiscalização. Tal autoridade e voz dada à medicina se somará à outras instituições como a escola e a família, que serviram como importantes porta-vozes dos discursos proferidos pelos médicos² ancorados pelos referenciais

¹ Considerado o pai do positivismo, o pensador Francês através de sua obra fundamentou os princípios da corrente filosófica, política e científica conhecida como positivismo, que influenciará muitos países ocidentais no início do século XX, dentre eles o Brasil.

² Escrevemos médicos sem a flexão de gênero como forma de denunciar a ciência do período como um lugar restrito aos homens, onde as mulheres somente ganharão espaço ao final da primeira metade do século XX. Segundo o pesquisador Luiz Mott, embora já houvesse, mesmo que incipiente, a presença de algumas mulheres



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

do higienismo e da eugenia. Segundo Reis, “o foco de preocupação do movimento higienista era a descoberta das doenças que colocavam em risco a saúde pública” (REIS, 2006, p. 36), sendo que:

a Medicina das primeiras décadas do século XX estava influenciada pela ideologia da higiene e raça e a formação e atuação dos médicos eram fundamentadas em autores europeus a ela adeptos e aos eminentes médicos brasileiros que trouxeram a eugenia e o higienismo para o Brasil (REIS, 2006, p. 38).

Somado ao higienismo, a eugenia como uma ciência do melhoramento da raça humana ganhou força diante das necessidades do novo projeto brasileiro de sociedade, uma vez que o atraso cultural e econômico do Brasil estava associado a miscigenação da sua gente, segundo as interpretações raciológicas do período (SCHWARCZ, 1993). A importância que a temática racial adquire no pensamento social brasileiro nos remete a criação de centros de produção de ideias e teorias que, nas Faculdades de Direito e de Medicina, encontraram um ambiente fecundo para serem disseminados e legitimados sob pressupostos racistas.

A proliferação dos ideais do higienismo e da eugenia não se limitou ao estudo das doenças, das origens da criminalidade e da prevenção delas, mas também da regulação das questões ligadas a higiene moral, não tardando para que tais poderes dado à ciência médica passassem por um dispositivo que historicamente atravessou relações de poder e foi utilizado em diferentes sociedades: a sexualidade. Segundo Foucault:

É por isso que, no século XIX, a sexualidade foi esmiuçada em cada existência, nos seus mínimos detalhes; foi desencavada nas condutas, perseguida nos sonhos, suspeitada por trás das mínimas loucuras, seguida até os primeiros anos da infância; tornou-se a chave da individualidade: ao mesmo tempo, o que permite analisá-la e o que torna possível constituí-la. Mas vêmo-la tornar-se também tema de operações políticas, de intervenções econômicas (por meio de incitações ou freios à procriação), de campanhas ideológicas de moralização ou de responsabilização: é empregada como índice de força de uma sociedade, revelando tanto sua energia política como seu vigor biológico. De um polo a outro dessa tecnologia do sexo, escalona-se toda uma série de táticas diversas que combinam, em proporções variadas, o objetivo da disciplina do corpo e o da regulação das populações (FOUCAULT, 1999, p. 137).

Abrangendo diversas áreas do conhecimento como a Medicina Legal, a Psicologia, e a Psiquiatria, a Sexologia pretendia analisar, falar sobre o sexo, mas não restringiu-se a isso,



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

pois seus discursos referiam-se, sobretudo, as aberrações, ou seja, um olhar patologizante e moralizante sobre as condutas sexuais.

Além disso, no final do século XIX, as questões relacionadas à inversão sexual ganharam maior relevância sob o ponto de vista científico por profissionais interessados “na apuração de suas verdadeiras causas, a fim de que os juristas pudessem modificar os textos das legislações penais, até então baseadas em noções empíricas e preconceitos anacrônicos” (RIBEIRO, 1975). Daí a importância de trazermos para essa análise documentos de diferentes áreas, uma vez que, como visto, Medicina, Direito e Educação trabalharam em uníssono na elaboração e apuração das diferentes anomalias físicas e psicológicas, legitimados pelo já referido higienismo e eugenia. Segundo Caetano:

As preocupações com a educação e as crianças no Brasil parecem caminhar com os discursos sobre criminalidade, masculinidades, feminilidades e homossexualidade. Isto pode ser explicado de duas formas: primeiro, porque se cruzavam os mesmos sujeitos que elaboravam estes discursos em vários espaços institucionais de poder e, segundo, porque estes discursos obedecem a uma perspectiva epistemológica hegemônica na qual, no Brasil, tiveram repercussão as teorias eugenistas durante cinco décadas. Em 1935, quatro anos após a fundação do Comitê Central de Eugenismo, presidido por Renato Kehl e Belisário Penna, foi criado o Laboratório de Biologia Infantil (CAETANO, 2011, p. 96).

Baseados em pesquisas de intelectuais europeus como os médicos Henry Havelock Ellis, Césare Lombroso e Gregorio Marañon³ e do próprio Sigmund Freud, alguns/umas intelectuais brasileiros buscaram identificar as origens da homossexualidade feminina e as possíveis formas de reversão da então considerada inversão. Tal produção discursiva, tanto dos cientistas internacionais quanto dos brasileiros, tornaram legítima uma educação do corpo com o intuito de torná-lo “normal”, adequado ao convívio social.

Mas para ter sucesso esse empreendimento não poderia ser feito apenas pela Medicina, mas somado a uma rede de poderes que subsidiassem seu discurso. Baseados nos estudos da ciência internacional, médicos sanitaristas, leigos, psiquiatras e pessoas ligadas ao Direito, encontraram no espaço escolar o ambiente propício para a divulgação de seus estudos. Segundo Stephanou:

³ Os médicos citados buscaram na psicanálise de Freud justificar os fundamentos que explicariam a prática da homossexualidade feminina.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Os discursos médicos não se restringem a defender uma bandeira genérica de educação e saúde como solução aos problemas nacionais. Há uma intensa discussão sobre qual saúde e qual educação. Não apenas uma saúde física, mas mental, moral e intelectual. Não apenas uma educação intelectual, mas física, mental, moral e sexual. Nesse período, médicos brasileiros ocupam-se cada vez mais em discutir os conteúdos e objetos de ensino, os procedimentos pedagógicos, a avaliação, o exemplo do professor, a materialidade e a salubridade das escolas, os pressupostos teóricos dos pedagogos (STEPHANOU, 2009, p. 145).

Para Foucault (1987), saber e poder inserem-se em uma mesma relação, em que nem todo saber detém o poder, e nem todo o poder detém o saber, mas para o poder funcionar é necessário acionar os chamados regimes de verdades, dito de outro modo, é necessário a produção de uma série de discursos que estabeleçam “a verdade”, e que vão autorizar que certas coisas sejam ou não pensadas e ditas. Sendo assim, a produção dos saberes e a produção “da verdade” estão diretamente ligadas ao exercício de poder, da mesma forma que o poder não pode ser exercido sem a produção desses saberes. Desta forma, o biopoder e o poder disciplinar surgem como tecnologias que consolidam a sociedade de normalização e são complementares (Foucault, 1987), uma vez que as estratégias de normalização do anormal (neste caso, as mulheres homossexuais) buscam amenizar o risco social de sua existência por meio de mecanismos de segurança coletiva.

AFRÂNIO PEIXOTO, LEONÍDIO RIBEIRO E IRACY DOYLE: A REGULAÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE FEMININA

Afrânio Peixoto, formado em medicina em Salvador em 1897, tornou-se um dos mais conceituados e respeitados médicos legistas da primeira metade do século XX no Brasil. Além de seus trabalhos desenvolvidos na área da medicina, foi também professor, escritor e jurista. Sua contribuição para este trabalho vem através do livro “Sexologia Forense” (1934). Nele, Peixoto afirma:

A inversão sexual feminina, mais inconsciente do que consciente, é muito vulgar: manifesta-se nos colégios, pensionatos, escolas, conventos e até na prostituição, pelas amizades estreitas, ciúmes, dedicações e até crimes, de que são capazes umas pelas outras até sem desconfiarem de uma inclinação homossexual: só uma minoria chega aos atos que declaram a inversão (PEIXOTO, 1934, p. 161-163).

Como visto, além de associar a manifestação da inversão a processos inconscientes, a sexualidade dessas meninas é associada ao universo das perversões, do vulgar. O médico



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

divide ainda o grupo de mulheres entre as “ativas” e as “passivas”, classificações muito próximas das expressões mais utilizadas atualmente, ou seja, as mulheres que se apresentam de forma masculinizadas e as de traços mais afeminados, correspondente ao que a sociedade espera da performance⁴ de feminilidade. O cientista propunha ainda o tratamento e não a punição, assim como medidas que poderiam (e deveriam, segundo ele) ser tomadas a fim de evitar tais desvios, pois, inspirado pelo livro “Inversão Sexual” (ELLIS, 1932), a relação entre meninas confinadas poderia desenvolver paixões entre elas:

As amizades ardentes que as meninas criam nas escolas e nos pensionatos, entre si e com as mestras, constituem assunto de interesse psicológico considerável e grande valor prático. Esses amores infantis, meio termo entre a amizade e a paixão sexual, encontram-se em todos os países onde as meninas são colocadas juntas para a instrução, e os sintomas são regularmente uniformes, ainda que variando de intensidade e de caráter, segundo os tempos e os lugares, tomando, às vezes, forma epidêmica (ELLIS, 1932, p. 134).

Identificada a escola como um local de “risco” para o desenvolvimento do comportamento considerado inadequado, esta deveria sofrer maior vigilância por parte dos cientistas, que passaram a alertar pais/mães e professores/as a respeito e desenvolveram papel fundamental nas práticas pedagógicas do período e que até hoje se fazem presentes nas escolas.

Essa maior vigilância será reforçada por Leonídio Ribeiro. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1916, veio a trabalhar como médico legista na mesma cidade. Considerado um dos discípulos de Afrânio Peixoto, desenvolveu alguns estudos a respeito da homossexualidade, sendo que foram utilizados para a pesquisa desta comunicação as publicações: “O Direito de Curar” (1932) e “Memórias de um médico legista” (1975). Leonídio define a homossexualidade como:

o conjunto de modificações das tendências afetivas e dos gostos íntimos de certas pessoas de constituição especial e que manifestam preferência por indivíduos do mesmo sexo, de forma latente ou declarada, por intenções, gestos palavras, atitudes ou atos, de modo ativo, passivo ou ambivalente (RIBEIRO, 1975, pág. 90).

Ao definir a homossexualidade e atribuí-la à “pessoas de constituição especial”, nesse momento já está, de certa forma, classificando os indivíduos entre “normais e especiais”, além

⁴ Ver BUTLER, Judith P. *Problemas de Gênero: Feminismos e subversão da identidade*. Trad. de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

de classificá-los entre os que manifestam os gestos que o denunciam e os mais reservados, em outras palavras, definindo-os como “ativos-passivos”, se aproxima das compreensões binárias em que se baseiam a partir do sexo biológico dos/das indivíduos.

Em um dos subcapítulos da mesma publicação intitulado “Problema Médico Social do Homossexualismo”, o especialista em medicina legal tenta provar a ligação entre desequilíbrio hormonal e homossexualidade, após um estudo realizado em 195 homossexuais masculinos, em que, segundo ele, ficava comprovado:

Tendo em vista o que pude observar, examinando quase duzentos homens, acredito na possibilidade de se realizar a prevenção de suas mais graves consequências, por meio de um tratamento médico precoce, conjugado com a educação adequada, de cada caso concreto (RIBEIRO, 1975, pág. 88).

No trecho acima, fica evidente no discurso de Ribeiro sua crença no que diz respeito a possibilidade de prevenir a homossexualidade precocemente, ou seja, sugere que a ‘inversão’ quanto mais cedo fosse diagnosticada, poderia ser prevenida, tratada e curada, e a escola apresentava-se como um local próprio para esse empreendimento. A importância da educação no processo de formação dos indivíduos aparece em outros momentos dos discursos de Ribeiro:

As observações e pesquisas de muitos anos, que realizei, sobre o assunto, me convenceram de que as influências da educação são decisivas, no aparecimento da homossexualidade. Por isso, desejo alertar os pais para que evitem os erros pedagógicos que irão privar os jovens dos elementos capazes de permitir a formação da sexualidade normal. É um perigo orientar a criança em hábitos do sexo oposto (RIBEIRO, 1975, p. 92).

Fica nítida a preocupação do médico em advertir à sociedade a respeito da origem da inversão e da responsabilidade, não só da escola, mas dos pais/mães que deveriam ficar atentos/as desde os primeiros anos da vida escolar dos/das filhos/as

Considerado um dos poucos trabalhos sobre o comportamento homossexual feminino realizado no Brasil no século XX (e o primeiro realizado por uma voz feminina), a tese de doutoramento da psiquiatra Iracy Doyle intitulada “*Contribuições ao Estudo da Homossexualidade Feminina*”, de 1956, inspirada pelas vertentes da psicanálise freudiana,



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

buscou analisar o comportamento da paciente “Carmen” durante o processo de sua análise. A partir desse processo terapêutico, a psicanalista faz algumas afirmações a respeito da homossexualidade feminina. Em uma delas, talvez a central, a analista “afirma a homossexualidade feminina como uma admiração ilimitada pelo poder exercido pelo pai e uma repulsiva incalculável à passividade representada na figura materna” (CAETANO, 2011). Assim, concluiu que:

(...) Portanto, para o desenvolvimento harmonioso da menina, é também imprescindível a presença, no grupo familiar, de uma figura feminina, maternal, que se imponha como exemplo a ser imitado; que interprete a feminilidade como algo digno quanto à masculinidade; que não se apresente como criatura humilhada de cabeça baixa, resignada e amedrontada, como a mãe de Carmem, capaz de desencorajar qualquer identificação, traduzida pela paciente como suicídio psicológico (DOYLE, 1956, p. 107).

Interpretamos a citação acima como uma alternativa progressista para o período, uma vez que Doyle, mesmo atribuindo à homossexualidade o título de “problema”, apresenta a inversão sexual feminina como uma alternativa para as mulheres (que até então eram subalternizadas) romperem com a condição passiva de esposas e mães, indo na contramão dos demais cientistas que se comprometeram em estudar a homossexualidade feminina, a exemplo de RIBEIRO (1932, 1938), PEIXOTO (1934) (e tantos outros), que a partir de seus trabalhos fortaleceram as atribuições de papéis pautados pelas diferenças biológicas. Iracy defende que os papéis atribuídos aos homens e às mulheres são construções culturais e, portanto, maleáveis. Além disso, a emancipação das mulheres seria uma das alternativas à homossexualidade feminina, em que:

Assim sendo, diante do problema da homossexualidade, que nos interessa mais especificamente no momento, invés de perguntar porque o paciente deseja um estilo de vida criticado pela cultura, procuramos investigar as razões que obstaram a escolha da solução heterossexual, biológica e culturalmente mais satisfatória. O trabalho terapêutico consistirá, portanto, em remover obstáculos e orientar potencialidades. (DOYLE, 1956, p. 141).

Embora Iracy se distancie dos demais estudiosos a respeito dos possíveis caminhos de cura para a patologia, ambos voltaram suas análises para os espaços considerados educativos, como a família e a escola, que ganharam a centralidade de seus discursos em torno da



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

prevenção e cura da homossexualidade, onde pais, mães, e demais profissionais da educação deveriam estar preparados para o enfrentamento da doença.

Apesar da autora se aproximar dos demais autores no que diz respeito a compreensão de que a homossexualidade era uma doença não colocando em xeque essa afirmação, devemos localizar essa interpretação em um cenário em que, tanto a mulher como a mulher homossexual, eram uma produção masculina, conforme aponta Nogueira:

A construção masculina do lesbianismo, realizada por chefes de polícia, médicos, higienistas e juristas – apagou outras possibilidades de nomear essa forma de relacionamento afetivo e sexual – recoberta por imagens e metáforas assustadoras. A *lésbica* foi construída pelo discurso misógino e excludente como um fantasma, na figura da *virago*, *tribade*, *invertida*, *vampira*, mulheres que supostamente se desidentificam com o feminino criado pelos homens (NOGUEIRA, 2005, p. 17).

Esse “feminino criado pelos homens” carregava toda a compreensão baseada na interpretação da mulher associada à natureza: mãe, reprodutora e sensível. Dessa forma, acreditamos que fica mais compreensível a interpretação de Doyle em torno da homossexualidade feminina, pois, ela enquanto mulher e médica, também era uma criação da sociedade de sua época: misógina e androcêntrica. Conforme já foi mencionado, a influência de Freud refletiu sobre as pesquisas e estudos desenvolvidos pela doutora Iracy. De uma forma geral, a psicanálise influenciou médicos, psicólogos e educadores no início do século XX, que passaram a utilizar a teoria freudiana tanto em suas pesquisas quanto em análises clínicas.

CONCLUSÕES

Ao analisarmos brevemente alguns dos discursos científicos produzidos sobre a homossexualidade feminina durante os anos de 1930 à 1950, torna-se evidente a presença de uma ciência preocupada em dizer “o que é” e como vai indicar caminhos de prevenção e cura sobre a inversão sexual feminina através de práticas educativas. Tais discursos Médico-jurídicos encontraram na educação um terreno fértil para a legitimação de suas teorias em que, através do aparato científico, era empreendida uma rede de vigilância sobre o corpo das



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

mulheres que desde a primeira infância deveriam ser observadas e disciplinadas através de uma pedagogia rígida voltada para seu comportamento.

Questionar os regimes de verdade que nos impõem comportamentos e práticas que devem ser seguidos conforme a biologia dos corpos baseado numa limitada lógica binária “masculino/feminino”, “homem/mulher”, que encontra na naturalização das práticas sexuais uma afirmação estritamente religiosa, divina, passa pela discussão e relativização desses regimes de verdades, que deveriam encontrar na escola uma importante porta para que fossem trabalhadas e discutidas questões centrais para a compreensão da homossexualidade e, conseqüentemente, enfrentamento de discursos lesbo/trans/bi/homofóbicos.

Diante das muitas possibilidades ainda não exploradas acerca da história das lésbicas e as múltiplas possibilidades de discussões que podem ocorrer a partir disso, fica a urgente necessidade de que sejam pesquisados muitos outros temas relacionados, uma vez que, ao estudar sua história, estamos lhes dando maior visibilidade e, conseqüentemente, enfrentando modelos hegemônicos, construídos a partir de vozes masculinas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAETANO, Marcio Rodrigo Vale. *Gênero e Sexualidade: um encontro político com as epistemologias de vida e os movimentos curriculares*. 2011. 228f. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense do Rio de Janeiro, 2011.

DOYLE, Iracy. *Contribuições ao Estudo da homossexualidade feminina*. Rio de Janeiro: Imago, 1956.

ELLIS, Havellock. *Inversão Sexual*, São Paulo: Companhia Nacional, 1932.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Edições Gral, 1999.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

JOHNSON, Richard. O que é, afinal, Estudos Culturais? Trad. e organização de Thomaz Tadeu da Silva. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

NOGUEIRA, Nadia. *Lota Macedo Soares e Elizabeth Bishop: Amores e desencontros no Rio dos anos 1950-1960*. Campinas, 2005.

PEIXOTO, Afrânio. *Sexologia Forense*. Rio de Janeiro: ed. Guanabara, 1934.

REIS, Giselle Volpato dos. *Sexologia e educação sexual no Brasil nas décadas de 1920-1950: um estudo sobre a obra de Francisco Albuquerque*. 92p. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar). Universidade Estadual Paulista —Júlio de Mesquita Filho – UNESP. Araraquara. 2006.

RIBEIRO, Leonídio. *O direito de curar*. 1932. Tese (Livre-docência em Medicina Legal) - Faculdade de Direito, Rio de Janeiro, 1932.

_____. *Causas e tratamento da homossexualidade*. In: ----- . Memórias de médico legista. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1975. v.1.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Jackson Ronie Sá da. “*Homossexuais são...*”: revisitando livros de medicina, psicologia, e educação a partir da perspectiva *queer*”. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. São Leopoldo. 2012. 401p.

SOUZA, Washington Luis. Ensaio sobre a noção de poder em Michel Foucault. Revista Múltiplas Leituras, 2011.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

STEPHANOU, M. *Discursos médicos e educação sanitária brasileira*. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M.H.C. (org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. v. III: Século XX. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.